

Paradigmas de atendimento educacional

Paradigma da institucionalização: princípio da cura

Paradigma é um conceito que abrange um conjunto de ideias, valores e crenças que o sujeito põe em prática seja no âmbito social ou individual. Dessa forma, depois de compreendermos os paradigmas e as significações do sujeito portador de necessidades especiais em diferentes épocas da história, remetemo-nos agora à prática desse olhar no contexto da escola.

A literatura coloca que, com o apoio da Igreja Católica surgem, no século XVII, associações religiosas destinada a atender sujeitos com necessidades especiais, tendo como princípio a busca pela “cura”, através de cuidados e tratamentos médicos, mesmo que de forma segregatória. Asilos, hospitais psiquiátricos, conventos e escolas especiais, eram a representação desses espaços, com uma característica próxima de um sistema prisional, uma vez que não se tinha o objetivo de inserção social e de valorização dos potenciais dessa clientela, sendo que muitas vezes até a sua localização era distante dos grandes centros e do convívio familiar.

Esse modelo de atendimento caracterizou-se como *paradigma da institucionalização*, o qual vigorou por aproximadamente oito séculos.

No Brasil, as primeiras informações sobre a atenção às pessoas com deficiência remontam à época do Império. Seguindo o ideário e o modelo ainda vigente na Europa, de institucionalização, foram criadas as primeiras instituições totais¹, para a educação de pessoas cegas e de pessoas surdas”. (BRASIL, 2001b, p. 11)

Na área da surdez, esse modelo educacional foi apoiado com publicações e apresentações em Congresso de Medicina que visavam debater a sua “cura”. Apesar de ser um modelo clínico terapêutico, houve e ainda há uma grande influência desse paradigma nas escolas, as quais deveriam ter espaço diferenciado, com materiais e profissionais especializados, numa relação direta da educação e da área médica.

¹ Instituição total: “um lugar de residência e de trabalho, onde um grande número de pessoas, excluídas da sociedade mais ampla por um longo período de tempo, leva uma vida enclausurada e formalmente administrada (BRASIL, 2001b, p. 11 *apud* GOFFMAN, 1962)”.

No ano de 1857, D. Pedro II inaugurou no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Tendo como precursor desse projeto o francês Eduard Huet, D. Pedro II ordenou que lhe fossem dados todos os tipos de assistência necessária para a implantação desse projeto. Huet iniciou os seus trabalhos no então Colégio Vassimon, e no ano de 1856 ocupou todo o espaço físico da escola, inaugurando assim, no ano seguinte, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Cem anos mais tarde, em 1957, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos passou a denominar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES (MAZZOTTA, 1997; GUARINELLO, 2004).

O avanço da economia, a intensificação do capitalismo e a liberdade de expressão contribuíram para uma crítica incisiva da comunidade científica, do poder público e do sistema educacional em relação ao paradigma da institucionalização. Com o passar dos anos, percebeu-se que a resposta desse tipo de atendimento não correspondia com o seu discurso, ou seja, não se preparava o portador de necessidades especiais para conviver e produzir em sociedade.

No entanto, havia um interesse latente de produção e consumo capitalista que tinha por meta tornar produtiva toda e qualquer mão de obra. O poder público começou a perceber que o sistema institucional exigia um grande investimento financeiro, o qual retornava muito pouco para a sociedade. Interesses ideológicos de valorização humana não eram o foco dessa crítica.

Sendo assim, a partir da década de 1960, a opinião pública e educacional começou a debater e a compartilhar novos rumos pedagógicos para os portadores de necessidades educacionais, começando pela sua desinstitucionalização. O portador de necessidades especiais passou a ser visto como um sujeito diferente, que deveria, pelo princípio da *normalidade*, igualar-se aos demais.

Paradigma de serviços: princípio da normalização e (re)habilitação

O *paradigma de serviços* é um novo modelo educacional, iniciado na década de 1960, baseado nos princípios de *normalização* e *(re)habilitação*. Ao contrário do institucional, os portadores de necessidades especiais passaram a ser vistos como sujeitos diferentes, os quais deveriam receber metodologias de trabalho que visavam (re)habilitá-los cada vez mais, a fim de aproximá-los e integrá-los à maioria “normal”. Sem a (re)habilitação não receberiam o aval para conviver e integrar-se com o restante da sociedade “normal”.

Com essa leitura, a sociedade coloca que tudo aquilo que não está dentro dessa norma reflete-se como um aspecto desviante, que deve ser alvo de assistencialismo, repulsa ou, se possível (e desejável), de “normalização”. O critério de normalidade não diz respeito somente aos dados estatísticos daquilo que a maioria representa, mas também ao ideológico, daquilo que é ideal para essa maioria. Os objetivos dos tratamentos destinados às pessoas com necessidades especiais partem do preceito de que o portador de necessidades especiais deverá modificar-se, e não a sociedade mudar para recebê-lo, uma vez que ele é a minoria em muitos. Nessa tendência, integrar está localizado no sujeito enquanto alvo de mudança.

Com o objetivo de aproximar o sujeito surdo das características de uma pessoa ouvinte, o paradigma de serviços teve a sua representação pela visão da ortopedagogia. O sujeito surdo deveria ser reabilitado para ouvir e falar e assim poder transitar na sociedade ouvinte. Nesse contexto, a língua de sinais não era reconhecida nos meios educacionais.

O não reconhecimento dos potenciais do sujeito com necessidades especiais e das suas limitações fizeram com que o paradigma de serviços, no início de sua estruturação, logo recebesse críticas, principalmente da comunidade científica, que percebia a dicotomia entre o anormal e o normal de forma tendenciosa, abrigando a segregação e exclusão. Nessa ideologia, “sujeito diferente” é um atributo dado ao portador de necessidades especiais como se todos os “normais” fossem iguais entre si.

Outra crítica foi manifestada pelos próprios portadores de necessidades especiais, que sentiam dificuldades reais de se modificarem. O conceito de normalidade é um dado fortemente atrelado na sociedade brasileira. Quando esse dado está determinado pelo referencial orgânico, a sociedade assume a sua hegemonia diante de um fato concretamente incapacitante.

Para validar o paradigma de serviços, faz-se necessário o cumprimento de três etapas:

1) avaliação: formada por uma equipe multiprofissional responsável por identificar tudo o que, segundo ela, o portador de necessidades especiais deverá modificar em si e em sua vida, para aproximar-se dos “normais”; 2) intervenção: a mesma equipe se responsabilizaria em oferecer os atendimentos “formal e sistematizado, norteado pelos resultados obtidos na fase anterior”; 3) encaminhamento (ou reencaminhamento) da pessoa com deficiência para a vida na comunidade.” (BRASIL, 2000)

Paradigma de suportes: princípio da inclusão

Os paradigmas de institucionalização e de serviços não asseguraram o respeito às diferenças e a participação plena da diversidade nos âmbitos sociais historicamente construídos para gozo de todos os seus integrantes, sem qualquer tipo de restrição.

Pesquisas nas mais variadas áreas apontam que a diversidade é a regra. Na natureza não existe homogeneidade. Os discursos dos iguais entre seus pares não é mais legítimo. Todos os seres são singulares em suas necessidades e, para melhor atendê-las, faz-se necessário mudanças estruturais, que envolvem aspectos sociais, econômicos, físicos, políticos, instrumentais e, sobretudo, mudança atitudinal que mexe com valores internos de cada membro da sociedade e desta como um todo. Esse processo passou a denominar-se como *inclusão social*.

Sustentar a manutenção educacional e/ou terapêutica aos grupos segregados ou investir na ideologia da *normalidade* impedia que a sociedade dos “normais” pudesse aprender a conviver com a diversidade que a constituem. “Começou, então, a ser delineada a ideia da necessidade de construção de espaços sociais inclusivos, organizados para atender ao conjunto de características e necessidades de todos os cidadãos, inclusive aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 2001b).

O século XXI marcou o início dessas discussões: “debates e compartilhamentos de reflexões nunca são demais, até porque sem eles as ações descontextualizam-se, ficam suspensas no ar” (AMARAL, 1994).

A busca de uma nova modalidade de atendimento que respeitasse as peculiaridades inerentes aos seres humanos delineou a implementação de ações que davam à sociedade a responsabilidade de se ajustar à diversidade humana, em todas as atenções de ordem pública ou privada, de forma que se tornasse acolhedora para todos.

Com base em uma nova ideologia de atendimento inclusivo, surgiu o *paradigma de suportes*. O pressuposto desse atendimento levou a uma tendência de que todos têm direito de acesso e convívio comum de forma não discriminatória, de maneira imediata e contínua como os demais cidadãos.

Respeitar as singularidades dos componentes da sociedade passou a ser uma condição *sine qua non*, a começar pelos espaços que devem garantir o acesso, permanência e o trânsito de todos, independentemente das necessidades especiais, tipos e graus de comprometimentos que possui.

A escola é o primeiro espaço de inclusão, por ser um ambiente tão tradicional e antigo se confunde com o próprio histórico das sociedades como um todo. Nessa concepção começam a ser pensadas as primeiras escolas inclusivas, entendendo que o direito à educação é uma das maneiras de garantir os direitos dos portadores de necessidades especiais. “As escolas comuns com essa orientação integradora representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos” (BRASIL, 1994).

É de competência de todos os segmentos de ensino a responsabilidade de matricular os alunos com e sem uma necessidade orgânica, adequando os espaços físicos, como também capacitando a equipe pedagógica para melhor receber aos educandos com necessidades educacionais especiais, dando-lhes as condições necessárias para uma educação de qualidade (BRASIL, 2001a).

Além de infringir a Constituição Federal, não aceitar o aluno com necessidades especiais na rede regular de ensino fere a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência, promulgada no Brasil pelo Decreto 3.956, de 8 de outubro de 2001.

Tendo em vista que a escola deve adequar-se ao aluno, e não o oposto, a sua singularidade passou a ser revista, entendendo-se que as suas necessidades educacionais devem ser respeitadas, e no caso da surdez, entre outras coisas, destacam-se as de ordem linguística.

A concepção atual considera o surdo como pertencente a uma “comunidade linguística minoritária, que usa a língua de sinais” para relacionar-se, tendo como alicerce o paradigma de suportes, com vistas à inclusão dos surdos na rede regular de ensino (MAZZOTTA, 1997; GUARINELLO, 2004).

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2001 determinam “a importância da língua de sinais como meio de comunicação para os surdos, e ser assegurado a todos os surdos acesso ao ensino da língua de seu país”. Para melhorar os conhecimentos linguísticos dos seus alunos, as Diretrizes recomendam, ainda, que os professores de surdos tenham “o conhecimen-

to sobre Língua Portuguesa e de Sinais, Letras e Linguística, compreendendo que tais conhecimentos são fundamentais para a qualidade do atendimento” (p. 51).

É importante pensar também no trabalho de um intérprete em Libras em sala de aula, por entender que o professor do ensino regular não deverá usar simultaneamente duas línguas distintas, como meio de interagir com os seus alunos surdos e ouvintes (BRASIL, 2001b, p.14).

Com essa prática, a escola passou a oferecer uma pedagogia centrada no aluno, em parceria com instituições especializadas e seus profissionais, realizando adaptações curriculares quando necessário e oportunizando formação de professores e orientação às famílias.

Não basta a escola valorizar o ser humano e respeitar as suas necessidades especiais se a sociedade e o poder do Estado continuarem a rejeitar a existência desse panorama em nosso país.

Texto complementar

Os novos paradigmas da inclusão

(MASIERO, 2009)

Resumo

Neste artigo, pretende-se refletir sobre os novos paradigmas da educação inclusiva, avaliando a situação histórico-social e as mudanças educacionais para alavancar novos rumos frente à educação.

Palavras-chave: educação, inclusão, avaliação e sociedade.

Atualmente a educação vem rompendo barreiras, derrubando antigos paradigmas e formulando novos conceitos sobre o que é educar e qual sua finalidade.

Em meio a esse contexto social, definimos o que é a inclusão de alunos especiais e qual o seu objetivo. A prática de inclusão de crianças e adolescentes com necessidades especiais nas escolas regulares é recente e gera muitas dúvidas, o que torna o tema polêmico e questionador.

A primeira pergunta que nos fazemos é a seguinte: quem são os incluídos? Para se obter uma resposta coerente, temos que analisar algumas partes da história da educação especial.

Para isso, citamos Beyer (2005, p. 17):

[...] para encurtar, na história da educação formal ou escolar, nunca houve uma escola que recebesse todas as crianças, sem exceção alguma. As escolas sempre se serviram de algum tipo de seleção. Todas elas foram, cada uma à sua maneira, escolas especiais, isto é, escolas para crianças selecionadas. As escolas de filosofia da Antiguidade, os mosteiros da Idade Média, as escolas burguesas da Renascença – todas foram escolas especiais para crianças especiais, selecionadas. Nesse sentido, também hoje as melhores escolas particulares em nosso país são escolas especiais, que acolhem não todas as crianças, porém apenas algumas delas.

As escolas ditas “especiais” acolhem crianças com necessidades especiais proporcionando uma forma de terapia, uma vez que possibilitam a elas acompanhamento médico e pedagógico. Assim, associou-se a medicina à educação, tendo esta um papel diferenciado, muito mais terapêutico que educativo.

Com a obrigatoriedade, gratuidade, igualdade e permanência do aluno na escola regular, é inadmissível que a instituição escolar feche suas portas aos alunos com necessidades especiais. A escola inclusiva tem se preparado para atender a uma diversidade maior de alunos, tendo que se adaptar a metodologias diferenciadas.

Essa mudança tem acontecido em função de ideias voltadas para a valorização do ser humano enquanto pessoa, com direitos iguais, sem distinção ou preconceito. Nesse sentido, a escola inclusiva deve estar aberta a todos, independente de suas condições sociais, intelectuais ou físicas.

Ao que parece, toda nova mudança apresenta muitos questionamentos, inseguranças, tentativas de acertos e falhas. Essas dificuldades necessitam ser eliminadas para dar lugar a uma educação de qualidade.

As instituições escolares ainda estão se adaptando para o recebimento dos alunos com necessidades especiais. Há dúvidas e incertezas gerando angústia em muitos professores, os quais se sentem incapacitados para atender a esses alunos. A realidade é que existem poucos profissionais capacitados para a demanda de alunos com necessidades especiais. Ainda existem muitas contradições e ambiguidades que permeiam essa modalidade de educação.

Outra dúvida que gera questionamentos entre os profissionais da educação e das áreas da saúde: quem seriam os portadores de necessidades especiais? A Lei de Diretrizes e Bases não especifica quem seriam esses educandos. Mas buscando em outras fontes, observa-se que grande parte dos teóricos educacionais acredita que não se enquadram na modalidade de educação especial os alunos que apresentam distúrbios de aprendizagem (dislalia, dislexia, discalculia, transtorno de *deficit* de atenção, hiperatividade e outros relacionados à cognição e afetividade). Os professores alegam que esses problemas são passageiros, em alguns casos, e que não há necessidade de mudanças mais acentuadas no currículo escolar e no Plano Político Pedagógico da instituição educadora.

A LDB prevê que, quando necessário, haverá serviço de apoio especializado para atender ao educando com necessidades especiais. Diante disso, perguntamo-nos: quando é necessário haver um apoio especializado?

Ainda são recentes as mudanças educacionais no Brasil, e, em especial, a busca pela qualidade da educação e a implantação de novas modalidades de ensino. Por isso, não podemos exceder-nos nas críticas contra os sistemas federal, estadual e municipal de ensino. Acreditamos que a educação inclusiva vai além da transferência dos alunos de escolas especiais para escolas regulares, como um depósito, ou uma forma de o poder público livrar-se de gastos extras, aglutinando funções e levantando a bandeira de liberdade e democracia.

Sabemos que estamos apenas no início de uma longa caminhada pela busca da excelência da educação no Brasil. A educação especial representa um novo rumo para a sociedade, trazendo um novo paradigma de educação, derrubando barreiras do preconceito e ascendendo uma cultura democrática de valorização humana.

Segundo Carvalho (2003, p. 149):

A proposta da educação inclusiva não representa um fim em si mesma, como se, estabelecidas certas diretrizes organizacionais, a escola melhorasse, num passe de mágica. Muito mais do que isso, pretende-se, a partir da análise de como tem funcionado o nosso sistema educacional, identificar as barreiras existentes para a aprendizagem dos alunos, com vista às providências políticas, técnicas e administrativas que permitam enfrentá-las e removê-las. Pretende-se identificar processos que aumentem a participação de todos os alunos, reduzindo-lhes a exclusão na escola e garantindo-lhes sucesso em sua aprendizagem, além do desenvolvimento da autoestima.

O objetivo principal da educação inclusiva é reduzir ao mínimo a exclusão social através da escola. Mas ao mesmo tempo em que a escola é apaziguadora das diferenças e de preconceitos sociais, ela também é, de certa forma, disseminadora desses preconceitos. A avaliação escolar é uma forma de rotular e diferenciar os capazes e os incapazes. Isso numa turma de alunos mais ou menos homogênea. Imaginemos, agora, uma turma de alunos com dois educandos portadores de necessidades especiais, que, possivelmente, terão resultados diferenciados no seu crescimento cognitivo. Como agir diante dessa situação, já que a avaliação escolar formativa ou somativa ainda é a única forma de verificar o rendimento da aprendizagem do aluno durante um certo período letivo?

Reconhece-se que há muito a ser discutido, analisado, testado e implantado, para que a educação especial e a melhoria da qualidade da educação no Brasil sejam alcançadas. Como educadores conscientes da nossa importância na melhoria da qualidade do ensino, precisamos acreditar na longa caminhada. Se olharmos para trás, veremos as melhoras e as conquistas que o nosso país tem alcançado nas últimas décadas. Isso não significa conformismo, e sim esperança para continuar.

Dica de estudo

Acesse <www.mec.gov.br> e baixe em seu computador na versão PDF o documento *Experiências Educacionais Inclusivas – Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade*, de 2006. Esse material aborda casos de inclusão de alunos especiais na rede regular de ensino em diferentes realidades do Brasil. Vale a pena conferir! Bons estudos!

Atividade

1. Defina:

a) paradigma de suportes:

b) paradigma de serviços:

c) paradigma da institucionalização:

Gabarito

1.

- a)** O pressuposto desse atendimento levou a uma tendência de que todos têm direito de acesso e convívio comum de forma não discriminatória, de maneira imediata e contínua como os demais cidadãos.
- b)** Modelo educacional, iniciado na década de 1960, baseado nos princípios de *normalização* e *(re)habilitação*. Diferente do institucional, os portadores de necessidades especiais passaram a ser vistos como sujeitos diferentes, que deveriam receber metodologias de trabalho que visavam (re)habilitá-los cada vez mais, a fim de aproximá-los e integrá-los à maioria “normal”. Sem a (re)habilitação não receberiam o aval para conviver e integrar-se com o restante da sociedade “normal”.

- c) A literatura coloca que, com o apoio da Igreja Católica, surgiram no século XVII associações religiosas destinadas a atender sujeitos com necessidades especiais, tendo como princípio a busca pela “cura”, através de cuidados e tratamentos médicos, mesmo que de forma segregatória. Asilos, hospitais psiquiátricos, conventos e escolas especiais eram a representação desses espaços, com uma característica próxima de um sistema prisional, uma vez que não se tinha o objetivo de inserção social e de valorização dos potenciais dessa clientela e muitas vezes até a sua localização era distante dos grandes centros e do convívio familiar.

Referências

AMARAL, L. A. **Pensar a Diferença/Deficiência**. Coordenadoria Nacional Para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Brasília, 1994.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e Avaliação na Escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 6. set. 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. **Projeto Escola Viva**. v. 5-6. Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEESP, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001a.

BRASIL, Ministério da Educação. **Referenciais para a Construção de Sistemas Educacionais Inclusivos**. A fundamentação filosófica, a história, a formalização. MEC/SEESP, Brasília, 2001b.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem**. Porto Alegre: Mediação, 2003

GOFFMAN, E. **Asylums**. Chicago, Illinois: Aldine Publishing Company, 1962.

_____. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1962.

GUARINELLO, A. C. **O Papel do Outro no Processo de Construção de Produções Escritas por Sujeitos Surdos**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

MASIEIRO, Adriane. **Novos Paradigmas**. Publicado em: 9 abr. 2009. Disponível em: <www.pedagogia.com.br>. Acesso em: 5 ago. 2010.

MAZZOTA, M. J. da S. **Fundamentos de Educação Especial**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1997. (Série Caderno de Educação).

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

